

COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

PARECER DO PROJETO DE LEI Nº 205/2025.

PROCESSO DIGITAL Nº 54.257/2025 de 30/10/2025.

AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL

ENVIADO À COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

RELATOR - VEREADOR MARCIO BERBET

1. RELATÓRIO

O Poder Executivo, no uso das atribuições, apresentou para deliberação desta casa, o Projeto de Lei nº 205/2025, que “**Autoriza a dação em pagamento de imóveis públicos que especifica, considerando o interesse público e a necessidade de proceder a quitação de indenização decorrente de desapropriação, e dá outras providências. (TEM POR OBJETIVO AUTORIZAR A DAÇÃO EM PAGAMENTO EM FAVOR DE MARCOS ROBERTO FLORES BETINI, DOS IMÓVEIS PÚBLICOS MUNICIPAIS: LOTE Nº 09 DA QUADRA Nº 29 DO JARDIM SANTA CRUZ, COM ÁREA DE 455,00M² - MATRÍCULA Nº 8.866; E LOTE Nº 10 DA QUADRA 02 DO JARDIM SANTA CASA, COM ÁREA DE 319,46M² - MATRÍCULA Nº 42.911).**”

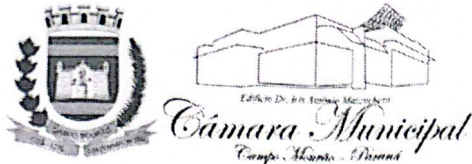
Em 03 de novembro de 2025, o presente Projeto de Lei foi levado ao conhecimento dos nobres Edis na 33ª Sessão Ordinária. A Procuradoria-Geral, em sua oportunidade apresentou o Parecer Jurídico sob nº 1.336/2025, manifestando-se favorável com ressalva.

Em seguida, o Presidente desta Casa de Leis enviou a presente para apreciação da Comissão Permanente de Legislação e Redação para parecer.



**MARCIO
BERBET**





PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220
C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
GABINETE VEREADOR MARCIO BERBET

Em data de 11 de novembro de 2025, recepcionado pela Comissão Permanente de Legislação e Redação, o Projeto de Lei nº 205/2025 pelo Vereador/Presidente Escrivão Parma, qual prontamente designou-me Relator da matéria.

Remetido ao meu gabinete na data de 11 de novembro de 2025.

VOTO DO RELATOR:

No uso das atribuições a qual me confere o Artigo 39, inciso I, do Regimento Interno desta Casa de Leis, Relato que: Em data de 30/10/2025 através do Processo nº 54.257/2025, o Poder Executivo Municipal protocolizou neste Poder Legislativo, o Projeto de Lei nº 205/20205, que **“Autoriza a dação em pagamento de imóveis públicos que especifica, considerando o interesse público e a necessidade de proceder a quitação de indenização decorrente de desapropriação, e dá outras providências. (TEM POR OBJETIVO AUTORIZAR A DAÇÃO EM PAGAMENTO EM FAVOR DE MARCOS ROBERTO FLORES BETINI, DOS IMÓVEIS PÚBLICOS MUNICIPAIS: LOTE Nº 09 DA QUADRA Nº 29 DO JARDIM SANTA CRUZ, COM ÁREA DE 455,00M² - MATRÍCULA Nº 8.866; E LOTE Nº 10 DA QUADRA 02 DO JARDIM SANTA CASA, COM ÁREA DE 319,46M² - MATRÍCULA Nº 42.911).”**

O presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar a formalização da dação em pagamento, por meio de escritura pública, quitando integralmente a indenização devida e regularizando situação pendente.

Através do Decreto nº 6.671, de 25 de agosto de 2015, o Poder Executivo municipal declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, para prolongamento da Rua Uirapuru, o Lote nº 17-B, localizado na Quadra nº 11 da Vila Teixeira, com área de 564,77 m², neste município, com os limites e confrontações constantes da Matrícula nº 32.706 do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Campo Mourão, de propriedade de Marcos Roberto Flores Betin.

**MARCIO
BERBET**

Contudo, foi constatado no processo administrativo nº 7700/2012 que até o presente momento não foi efetivado o pagamento da justa indenização ao expropriado, gerando a necessidade de solução administrativa para a regularização da obrigação do município, evitando, assim, possível demanda judicial que ensejará maiores despesas ao Poder Público.

A Secretaria de Finanças e Orçamento – SEFIN procedeu à atualização do valor originalmente apurado, certificando que o montante devido a título de indenização pela desapropriação, corrigido até junho de 2025, corresponde a R\$ 241.437,78 (duzentos e quarenta e um mil, quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e oito centavos).

A Procuradoria Geral do Município, analisando o caso, manifestouse pela viabilidade de indenização mediante dação em pagamento de imóveis públicos municipais, desde que houvesse anuência do expropriado, o que se confirmou por meio de declaração expressa firmada pelo interessado.

Para tanto, foram indicados os bens: (i) Lote nº 09 da Quadra nº 29 do Jardim Santa Cruz, com área de 455,00m², e (ii) Lote nº 10 da Quadra 02 do Jardim Santa Casa, com área de 319,46m², com os limites e confrontações constantes das Matrículas nº 8.866 e nº 42.911, respectivamente, ambos do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Campo Mourão.

O Parecer Jurídico analisou a matéria sob os aspectos constitucional, legal e formal, e concluiu favoravelmente à tramitação, com apontamentos, a comissão Permanente de Legislação e Redação, ressalvadas as questões abaixo assentadas.

- 1) Não foram anexadas cópias das matrículas dos imóveis, o que impossibilita a análise de seus dados, a quem pertence e se há ou não a



**MARCIO
BERBET**



necessidade de prévia desafetação prevista no art. 99 da Lei Orgânica do Município de Campo Mourão.

Resposta da Comissão de Legislação e Redação

As matrículas anexadas confirmam a titularidade dos imóveis em nome do Município de Campo Mourão. A Matrícula nº 42.911 (R-7/42.911) e a Matrícula nº 8.866 (R-1/8.866) indicam que ambos os bens foram adquiridos por título de direito privado (compra e venda), caracterizando-os, em princípio, como bens dominicais. A necessidade de prévia desafetação, prevista no art. 99 da Lei Orgânica, aplica-se a bens de uso comum ou de uso especial. Caso os imóveis não tenham sido objeto de afetação posterior a uso comum ou especial, a desafetação é desnecessária, bastando a autorização legislativa para a alienação, conforme a natureza dominical dos bens."

- 2) Além disso, ressalva esta Procuradoria-Geral que há a necessidade de análise do art. 5º do Projeto de Lei, o qual dispensa o pagamento de ITBI justificando se tratar de dação em pagamento, em razão do disposto no art. 145, II do Código Tributário Municipal (Lei Complementar 19/2010).

Resposta da Comissão de Legislação e Redação

O Art. 5º do Projeto de Lei é suficiente para liberar a isenção do ITBI. Ele atua como norma especial que prevalece sobre a regra geral do Art. 145, II do Código Tributário Municipal, garantindo a eficácia do ato administrativo de dação em pagamento. (**princípio da legalidade tributária**).

- 3) A procuração por instrumento público apresentada outorga poderes para permuta, mas, não há a outorga de poderes para dação em pagamento, o



**MARCIO
BERBET**





PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220
C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
GABINETE VEREADOR MARCIO BERBET

que merece ser analisado pela Comissão Permanente de Legislação e Redação

Resposta da Comissão de Legislação e Redação

A ressalva sobre a procuração é pertinente, pois permuta e dação em pagamento são atos distintos. Contudo, por se tratar de vício de natureza formal e sanável (ato cartorário), a tramitação do Projeto de Lei pode prosseguir. A Comissão deve apenas ressaltar que a correção da procuração (com poderes expressos para dação em pagamento) ou a ratificação do ato deverá ser exigida e comprovada no momento da lavratura da escritura pública, antes do registro.

- 4) A Procuradoria-Geral que não fora anexado, para fins de conferência, o processo administrativo 7700/2012, mencionado no art. 2º, § 2º do Projeto de Lei em relevo, o que impede a sua análise.

Resposta da Comissão de Legislação e Redação

Em relação à observação formulada pela Procuradoria-Geral acerca da ausência do processo administrativo 7700/2012, informa-se que o respectivo documento foi devidamente apresentado e anexado junto ao projeto, atendendo à exigência de comprovação documental.

Neste contexto, a presente proposição não fere os princípios constitucionais e administrativos uma vez que não se afigura evidente inconstitucionalidade, ilegalidade, ou desrespeito aos preceitos regimentais desta Casa de Leis, não havendo qualquer impedimento para sua tramitação.

Isto posto, a proposição não se vislumbra irregularidade quanto a tramitação do Projeto nº 193/2025, assim em atendimento ao artigo 39, inciso I do Regimento Interno

MARCIO
BERBET



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220
C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
GABINETE VEREADOR MARCIO BERBET

desta Casa de Leis, manifesto **VOTO FAVORÁVEL** a admissibilidade e tramitação do Projeto de Lei 205/2025.

SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, em 17 de novembro de 2025.

VOTOS DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 205/2025

O Vereador - Presidente Ricardo Palma, se manifesta a favor do Projeto

☒ Favorável

☐ Contrário

☐ Ausente

Assinatura: _____

O Vereador - Membro da Comissão de Planejamento e Finanças se manifesta a favor do Projeto

☒ Favorável

☐ Contrário

☐ Ausente

Assinatura: _____

**MARCIO
BERBET**



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220
C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
GABINETE VEREADOR MARCIO BERBET


MARCIO BERBET
Vereador
RELATOR

VOTOS DOS MEMBROS DA COMISSÃO LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 205/2025

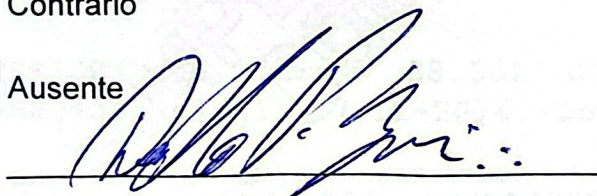
O Vereador – Presidente Escrivão Parma, se manifesta aos termos do parecer:

☒ Favorável

☐ Contrário

☐ Ausente

Assinatura:



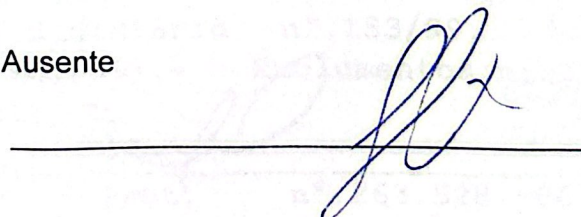
O Vereador – Membro Ilnéias Teixeira se manifesta, aos termos do parecer:

☒ Favorável

☐ Contrário

☐ Ausente

Assinatura:



MARCIO
BERBET